



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1.º de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

Sede própria: Rua Benjamin Constant, 158
Cep: 01005 — São Paulo

VOLUME LXXXIV

SÃO PAULO

1989

PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ, CONSOLIDADOR DA INDEPENDÊNCIA

LUIZ WANDERLEY TORRES

1 — Nascimento e filiação; 2 — Fatos contemporâneos; 3 — O Brasil amadurecido para a emancipação política; 4 — O Brasil reino; 5 — Os acontecimentos se precipitam; 6 — Os brasileiros na Côrte em Lisboa; 7 — Os deputados brasileiros se retiram para a Inglaterra; 8 — Feijó chega ao Rio e se passa a Itu; 9 — A Assembléia Constituinte; 10 — Reação de Feijó à nova Carta; 11 — A questão do celibato dos padres; 12 — Feijó, ministro da Justiça; 13 — Regência de Feijó; 14 — Feijó e a revolução de São Paulo; 15 — Morte de Feijó.



1 — Nenhum homem público em nosso país, teve origem mais humilde que o Padre Diogo Antônio Feijó, considerado o verdadeiro consolidador da Independência. Sabe-se que nasceu em São Paulo, lendo-se a sua certidão de batismo, lavrada nesses termos:

“Aos 17 de agosto de 1784 nesta Sé, batizei e pus os Santos Óleos a Diogo, filho de pais incógnitos, exposto em casa do Revmo. Fernando Lopes de Camargo; o mesmo foi padrinho e Maria Gertrudes de Camargo, viúva; todos desta freguezia, do que para constar fiz este assento, que assino. O Coadjutor José Joaquim da Silva” (Sep. da Rev. do Inst. Histórico de São Paulo, vol. XLIII/54).

Debalde os historiadores, desde o tempo em que passou Feijó a atuar na política, até os dias atuais, conseguiram decifrar o enigma da sua filiação. Pela velada narrativa dos que o criaram e educaram, se ligava ele, pelo sangue, à ilustre família Camargo e, remotamente se prendia à estirpe de João Ramalho.

Ricardo Gumbleton Daunt, historiador e da família, deixou escrito que Diogo Antônio Feijó “nasceu de um crime”, e nada mais acrescenta, ele que entre os seus era tido como a voz mais autorizada para falar no assunto. Não esclareceu no entanto que crime foi esse. O mistério que a própria família não explicava, influiu decisivamente na formação e no temperamento do próprio Feijó, como um complexo irremovível, que o acompanhou a vida inteira.

O sobrenome de **Feijó**, acrescentado aos prenomes Diogo Antônio pelo padre Fernando Lopes, teria vindo do falecido Miguel João Feijó, que fora casado com D. Maria Gertrudes, irmã do padre Fernando.

O fato é que a criança, ora estava sob os cuidados desse padrinho, ora dos da avó, ora do padre João Gonçalves Lima, tido por alguns como o autêntico pai. Foi este quem se incumbiu de encaminhá-lo nos estudos, — na fase da adolescência, — notadamente nos eclesiásticos.

Procurando-se o fio de sua atuação como estudante, ora vemo-lo em São Carlos (hoje Campinas), ora em Cotia, Parnaíba, Itu, São Paulo, Guaratinguetá, numa irrequieta atuação que muito perturba o seu espírito em formação.

Há notícia de que, como estudante em Campinas, vivia de esmolas. (Obr. cit. fls. 61).

Sabe-se no entanto que não deixava os livros, passando a conhecer perfeitamente o latim e o pensamento dos filósofos os mais notáveis de então, entre eles, Kant. Aos poucos ia revelando um espírito superior à média, passando a ensinar gramática e ciências eclesiásticas.

2 — Fatos Contemporâneos

Em 1808, data da chegada da Família Real ao Rio e ainda, a 28 de janeiro daquele ano, o advento de um fato decisivo para a emancipação próxima do país, — como a abertura dos portos brasileiros ao comércio com todas as nações amigas de Portugal, — é ele ordenado padre. Acompanhava, avidamente, a ocorrência desses acontecimentos. Aos poucos ia saindo da indigência, com o que recolhia da prática do seu ministério, como: casamentos, esmolas e batismos. Em breve recebia, por herança de uma avó, uma pequena chácara lá para os lados da Moóca, e alguns escravos, que lhe vieram dar maior segurança na sua atuação rotineira.

3 — O Brasil Amadurecendo para a Emancipação Política

Desde a descoberta das minas de ouro nos sertões dos Cataguases, (hoje Minas Gerais), no final do século XVII, estendendo-se posteriormente à zona de Cuiabá e sertões dos Araês (Goiás), que se ia for-

mando no país, entre os aqui nascidos, a noção de grandeza e possibilidades da nação, explorada avidamente pelos dominadores portugueses.

Cinco tipos de impostos atropelavam os que aqui viviam: **o direito das entradas**, que era um tributo pago, por toda a mercadoria importada do reino; **os dízimos**, isto é, a décima parte no número de animais nascidos; **o quinto**, isto é, a taxa de 20% sobre o ouro extraído das faiscações, sob pena, em caso de sonegação, ser tudo confiscado em proveito da Coroa e do denunciante; as **doações voluntárias**, que era a **finta** que caía sobre a população, para ser formado o pecúlio de um príncipe por acaso nascido no Reino; os **subsídios literários**, taxaço que recaía sobre as bebidas e se destinava a manter as escolas e pagar aos mestres, criada após a expulsão dos jesuitas por Pombal. Ficou o país na escuridão total da ignorância, depois desse fato, e não havia mais ninguém letrado que anotasse os réditos da Coroa.

Não contentes os dominadores, foram restituídas as 100 arrobas de ouro (1.500 quilos) anua's, sobre a totalidade da população na área das minas, com pena severa de uma cobrança executiva (derama) quando os bens, sem distinção, seriam confiscados, vendidos e reduzido o produto a ouro, no caso de atraso.

Um desastroso tratado imposto pela Inglaterra a Portugal, em 1703, conhecido pelo nome do embaixador inglês chamado **John Methuen**, fez com que Portugal perdesse o caminho das Índias e todo ouro do Brasil apenas passasse por Lisboa, indo para Londres, em pagamento de dívidas que aumentavam sempre. Esse Tratado, em última análise, consistia num único artigo: A Inglaterra compraria de preferência os vinhos portugueses e Portugal se comprometia a adquirir as mercadorias inglesas. Esse tremendo descompasso de valores, deu em resultado se expandir imensamente a indústria inglesa e quase nada se alterar o consumo de vinhos na Inglaterra. Os naturais do Novo Mundo, é que teriam de arcar com as conseqüências desse desastre diplomático praticado pelas cerebrinas inteligências lá do Reino.

Em 1785 veio uma determinação da Corte, proibindo o Brasil fabricar o que quer que fosse, a não ser **pano grosseiro para cobrir a vergonha dos escravos**. E ainda hoje se fala: **queijo do reino**; **pimenta do reino**; **farinha do reino**, reminiscências daqueles tempos.

Os brios nacionais assim afrontados teriam que reagir. E uma série enorme de levantes dos da terra contra os reinós, ocorreu: Manuel Beckman (Maranhão, 1684; Emboabas, (Minas, 1706) Mascates (Pernambuco, 1710); Felipe dos Santos (Vila Rica, 1720); Aclamação de Amador Bueno (São Paulo, 1741); Inconfidência Mineira (1789-1792); Revolução Pernambucana (1817) sem se falar nas agitações em torno da Província Cisplatina. Esses movimentos eram esmagados

da maneira a mais bárbara: fuzilamento em praça pública, força e esquartejamento, com ignomínia da família, como ocorreu com o bravo Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que ao ouvir a sentença, exclamou cheio de coragem: “se eu tivesse dez vidas, dez eu daria pela liberdade”.

No meio desses acontecimentos nasceu Diogo Antônio Feijó. Seu acendrado patriotismo, sua bravura inata, tinham certamente por alicerce a notícia desses acontecimentos. Além do mais, atuavam intensamente os ensinamentos emanados da Revolução Francesa. Tendo ido para Itu em 1808, com a finalidade de lecionar filosofia racional e moral, se sentiu tocado pelo ambiente liberal que se respirava naquela Vila, e aos poucos foi sendo atraído para a política. As prédicas do seu mestre Estanislau José de Oliveira, calavam fundo em seu espírito. “Todos os povos devem escolher o seu destino”. Isso era um lema verdadeiramente contrário ao poder absoluto dos tronos.

4 — O Brasil Reino

Portugal já não podia sufocar as idéias libertárias de sua Colônia e a vinda da Família Real para o Brasil mais acentuou esse ponto.

Os 5 mil nobres que acompanharam a Corte, encheram de empáfia o Rio de Janeiro. Não sendo possível acomodar tanta gente, acordavam os brasileiros de manhã, tendo na porta, pregado, um grande **PR**, que era a ordem do Príncipe Real para deixarem com urgência a casa, em prol de um reinol da nobresa.

O decreto de 16 de dezembro de 1815, elevando o Brasil à categoria de Reino, unido a Portugal e Algarves, foi um ato de profunda visão de D. João VI. D. Carlota Joaquina repreendeu o marido por esse gesto, dizendo: “não faças isso, Senhor! O Brasil não é digno dessa mercê”. Ao que respondeu D. João: “O Brasil já é digno, Senhora, de todas as mercês”. E dirigindo-se ao seu ministro, ordenou: “Lavre o decreto, marquês” (V. Cabral - - H. do Brasil, p. 220 — 19.^a ed.).

Quando a Família Real se retirou para Portugal, a 26 de abril de 1821, chamou D. João seu filho Pedro e deu-lhe o célebre conselho: “Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal. Se assim for, põe a coroa sobre tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela”.

Nas tabernas, nas ruas, por todo canto no Rio de Janeiro rebe-tavam arruaças e brigas violentas entre portugueses e brasileiros. Ficou conhecida a “noite das garrafadas”, em que as duas hostes fizeram estremecer a cidade, com impropérios, insultos e violências, tendo por fulcro a iminente libertação da Colônia.

5 — Os Acontecimentos se Precipitam

O Reino Unido era governado por uma Monarquia com poderes absolutos, e em Portugal, por pressão dos intelectuais e comerciantes, embebidos das idéias libertárias atuantes, foi surgindo um movimento, pelas alturas de 1820, para fazer com que o poder do Monarca fosse contido por uma Constituição. Esta deveria ser escrita, depois de votada por um corpo de legisladores, representantes do clero, da nobreza e do povo. Os poderes seriam independentes e harmônicos entre si. Ressaltaria porém o Judiciário, que julgaria com total isenção quem quer que fosse, nobre ou plebeu. D. João VI foi assim forçado, pela Revolução de 1820, do Porto, a jurar uma Constituição a ser elaborada em Lisboa; e por ato de 7 de março de 1821 determinou que as Províncias brasileiras escolhessem seus deputados para trabalharem na redação dessa Constituição, juntamente com os portugueses. Já em maio desse ano aparecem os representantes de Itu, devidamente eleitos: Nicolau de Campos Vergueiro; Rafael Tobias de Aguiar; **Diogo Antônio Feijó**, (então com 37 anos); Francisco de Paula Sousa; Antônio Paes de Barros e José de Almeida Leme. São Paulo (a Província), era dividida em três Comarcas: São Paulo, Itu e Paranaguá e todas, concorreram assim, com dezoito representantes. Aparecia, com evidência, o nome de Feijó, como surgia também a estrela dos Andradas: (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos).

Era Feijó dotado de muita energia física, estatura atlética, de grande coragem, como veio a demonstrar ao longo de sua atuação política. Como apoio moral tinha sempre ao lado sua irmã D. Maria Justina de Camargo, que era sua adoração, à falta de pais.

6 — Os Brasileiros na Corte em Lisboa

Afinal lá seguiu para a Metrópole a representação brasileira, sendo que os deputados paulistas eram: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, Francisco de Paula Sousa e Melo ⁽¹⁾, José Feliciano Fernandes Pinheiro, **Padre Diogo Antônio Feijó** e Antônio Manoel da Silva Bueno, além dos suplentes Silva Bueno e Paes de Barros.

Iriam enfrentar um mundo de hostilidade e a preocupação máxima em Lisboa era conter o ímpeto dos brasileiros, no sentido da libertação. As assuadas, as diatribes, as vaias e os impropérios, inda bem não se erguia um deputado brasileiro para falar, tornava extremamente perigoso tocar pelo menos de leve, no termo: **libertação**. Andando pelas ruas eram eles insultados e até ameaçados na sua integridade física. Antônio Carlos, atrevido, indomável, ao subir à tribuna, foi

(1) Por motivo de saúde não seguiu viagem.

recebido com uma saraivada de impropérios e insultos proferidos aos berros por bocas iradas:

— Silêncio, bateu ele violentamente com o punho, do alto desta tribuna, até os reis têm que me ouvir!

Era o Brasil daquela época imensamente convulsionado, que falava pela boca dos seus filhos heróicos, a quererem, com altivez, quebrar os grilhões da tirania.

Um gordo reinol chegou a murmurar, com escárneo:

— “Tenho lá em casa os meus mastins que dariam bem cabo desses marotos”.

Foi dentro desse clima que se alteou a voz de Feijó, seguro, impávido, a bradar:

— “Respondam aos meus argumentos”, dentro da lógica. Eu respeitarei a argumentação razoável e honesta, que queiram oferecer me contraditando”.

— Mas reverendo, disse um ventruado reinol, é uma loucura pensar em separar o Brasil da Metrópole. Então, quem consumirá o que as Colônias produzem?

— Eu já lhe disse milhares de vezes, Sr. Manoel Pinto da Rocha, que o comércio que entretemos com Portugal é muito pequeno, para justificar uma sujeição. Eles, os reinós, consomem, de brasileiros, muito pouco. Se por ventura aparecer mais, é que, tudo quanto vendemos ao mundo tem que passar por Lisboa. (A Ellis Júnior, FEIJÓ e sua época, p. 74/5).

Continuava esse representante brasileiro a debater, com temeridade, enquanto enfrentava, agindo assim, os Tribunais de Inconfidência, cujas penas seriam as mesmas que sofreu Tiradentes. Que importância? Naqueles instantes pensava só no seu país e no seu povo. A certa altura exclamou o deputado português:

— “Mas os senhores coloniais querem formar um país independente, e não se lembram de que sob o Equador não há nenhum país livre no mundo! — Queremos a liberdade!” — Replicou Feijó, com grande escândalo e pasmo da Assembléa.

Era evidente que a Metrópole só admitia os representantes brasileiros discutindo a Constituição, se se conformassem em continuarem coloniais. Nem mais um passo à frente.

Os debates continuavam acirrados e num tom de extrema violência. Alguns brasileiros, ao pressentirem a inocuidade das discus-

sões, quiseram renunciar para voltarem ao Brasil. Foram contidos e negado a eles esse direito.

Em dada altura disse um deputado reinol, a título de desprezo e zombaria:

- “A população do Brasil é inclinada à anarquia, porque se constitue de negros, mulatos, brancos creoulos e brancos europeus. É preciso conte-la pela força. Mostre-se ao Brasil, que não queremos avassalar como os antigos déspotas, porém, contra os facciosos e rebeldes, mostre-se que ainda temos cães de fila que se soltarmos hão de os fazer obedientes às Cortes, ao rei e às autoridades constituídas no Brasil, por aquelas e por este”.

A essa afronta tão baixa e sórdida para ser proferida numa Assembléia, contra todo um povo, rebateu de imediato Antônio Carlos:

- Declaro que o Brasil não está em estado de temer as fátuas ameaças com que o pretende intimidar o Sr. Borges Carneiro. Para cães de fila há lá em abundância pau, ferro e bala.

Era essa a atmosfera que envolvia o clima que precedeu a Independência; e o Brasil encontrou sempre filhos valorosos para enfrentar esses instantes de angústia e ansiedade.

Estava também evidente que a Corte tremia de pavor, ao sentir que aos poucos fugia do seu patrimônio a riquíssima colônia.

7 — Os Deputados Brasileiros se retiram para a Inglaterra

Quando estava irrespirável o clima dos debates, e pensavam os deputados da Corte que conseguiram curvar os brasileiros, levanta-se temerário Feijó e brada a plenos pulmões:

- “Só obrigado, violentado e arrastado, jurarei a Constituição Portuguesa!!!”, A. Ellis, obr. cit. fls. 91).

Dividiram-se as opiniões: uns, mais tímidos, queriam assinar; outros, afastaram qualquer possibilidade e sonhavam com a Independência, ou, talvez, com o regresso ao Brasil, o quanto antes. O valente padre José Martiniano de Alencar, cearense, achava sem nenhum valor, inócuo, o fato de subscrever aquela Constituição. Queria era regressar ao Brasil para bater-se com armas na mão, pela total libertação do país.

As bancadas de São Paulo e Bahia, resistiram e não subscreveram. Até que, numa noite, quando se encontrava ancorada no Tejo a embarcação inglesa “Marlborough”, auxiliados por funcionários ingleses, fugiram para Falmouth, onde prontamente redigiram duas declarações ao mundo, denunciando a opressão a que foram submetidos.

Já em junho de 1822, havia o príncipe D. Pedro convocado os brasileiros para a lavratura de uma Constituição. Ele agora era o "Defensor Perpétuo do Brasil", e resolvera ficar no país "para bem de todos e felicidade geral da nação". Esse gesto foi tido na Corte como o de traição suprema, do Príncipe.

Vê-se que a fuga dos 7 deputados para a Inglaterra tinha ocorrido quando o Brasil já estava independente, pois teve lugar em dias de outubro de 1822.

Em breve chegavam a Recife os representantes brasileiros e foram recebidos com festas. D. Pedro tinha sido aclamado o primeiro imperador constitucional, sendo porém de sua iniciativa a Constituição. Nesse último ponto, desgostou a classe política, que queria uma Constituição votada pelo povo. Desde aí teve início uma luta velada, mas intensa, entre o Imperador e os representantes da nação, dando em consequência, 9 anos depois, a Abdicação, em prol do seu filho infante D. Pedro.

8 — Feijó chega ao Rio e passa a Itu

Saudoso dos seus pagos, chega Feijó ao Rio e segue para Itu. Sua fama de combatente ante as Côrtes gerou ciumes em José Bonifácio que temia querer ele, não a Monarquia, mas a República, conforme exemplo dos americanos do norte. Imediatamente mandou um espia seguir seus passos. Pressentindo isso Feijó reagiu, endereçando ao Imperador violenta representação contra o Patriarca. Com o tempo acirrou-se a inimizade entre ele e os Andradas.

José Bonifácio, apesar do seu acendrado patriotismo e a quem muito deve o país, era um homem vaidoso ao extremo. Dizia-se que era dele a frase:

— "Do mundo, a América; da América, o Brasil; do Brasil, São Paulo; de São Paulo, Santos; de Santos, Andrada; e de Andrada, eu!"

Os invejosos e despeitados da glória do grande patriota, pululavam, ainda que não fosse ele de caráter muito firme. Assim testemunhavam alguns oradores na Câmara, quando foi discutida a questão da tutoria do infante, futuro Pedro II.

9 — A Assembléa Constituinte

O Brasil nessa época tinha apenas 5 milhões de habitantes, dentro de uma vastíssima área, cujas zonas não se interligavam por estradas. Só pelo litoral, em navios à vela, lentos e mal equipados, era possível a comunicação.

Tendo o Imperador se sentido sem forças para consolidar o Império, mercenários foram contratados para abafar surtos de rebelião, na Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, além da luta que tinha de empreender no Sul, na Província Cisplatina (Uruguay). Surgia ainda o problema de serem os navios nacionais todos comandados por portugueses. Apareceram então as estranhas figuras de: Pedro Labatut, general francês, nascido em Cannes, que, com a batalha de Pirajá, na Bahia, fez embarcar as tropas portuguesas, comandadas pelo general Luiz Inácio Madeira de Melo. Essas tropas queriam conservar para Portugal, a Bahia, não reconhecendo assim a Independência.

O Almirante inglês Lord Alexandre Tomás Cochrane foi outro aventureiro contratado, que prestou grande serviço. No dia 21 de março de 1823 chegou ele ao Rio, com seus 8 navios e 242 canhões. Passando-se à Bahia, inda encontrou o general Madeira e sua frota de 13 navios. Travando combate, recuou Cochrane, para em seguida voltar e bloquear o recôncavo baiano. Logo resolveu Madeira retirar-se de vez para Lisboa, com seus navios de guerra além de 70 mercantes.

Prosseguindo Cochrane rumo ao Norte, conseguiu a adesão do Maranhão e dias após, a do Pará. Um dos seus auxiliares porém, Pascoe Greuffell, a pretexto de abafar um motim, prendeu 256 pseudo-revoltosos e mandou encerrá-los no fundo escuro e tenebroso do brigue S. José Diligente, mais tarde **Palhaço**, e da forma a mais cruel, os trucidou, pois ficaram em desespero, atochados num cubículo estreito e baixo, sem luz nem água, onde permaneceram de pé por quase um mês, quando apenas 4 sobreviveram. Eram os excessos cometidos naquela época em que o Brasil nascia, com grande dificuldade, para a liberdade!

Esses acontecimentos eram acompanhados por Feijó e os patriotas mais esclarecidos de então.

E quando se abriu a Assembléia Geral Constituinte, a 3 de maio de 1823, composta de 48 doutores em direito, 19 padres e 7 militares, a proposta que os brasileiros apresentaram foi para que todos os portugueses fossem expulsos do país. Lá estavam os fogosos e combatentes irmãos Andradas (José Bonifácio, Martin Francisco e Antônio Carlos), além de Carvalho e Melo, Silva Lisboa e Carneiro de Campos. Tal como em Lisboa, os protestos se erguiam agora no Brasil, e as vítimas eram os portugueses. D. Pedro não podia concordar e logo expulsou do governo os Andradas. Martin Francisco, irado e congestionado, proferiu violentíssimo discurso, em que não respeitou nem a pessoa do Imperador. Tendo sido agredido por fiscais portugueses, um boticário, natural dos Açores, que defendia a causa brasileira, posicionaram-se os Andradas como seus advogados:

— “Infames! — bradou Martin Francisco — Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abri-

ga, e o honorífico encargo de mosses defensores, a que indiscretamente os elevamos. Ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras”.

O espanto e depois, a reação, tornou a sessão incontrolável e logo intimou o Imperador a Assembléia para que expulsasse os Andradas. A Assembléia não obedeceu e Antônio Carlos propôs que continuasse ela em atividade permanente e assim ocorreu na noite de 11 para 12 de novembro de 1823, sendo conhecida essa vigília por **Noite da Agonia**. As conseqüências foram imediatas: a uma hora da tarde do dia 12, D. Pedro I, à frente de uma tropa de cavalaria, cercou o edifício e por decreto levado pelo brigadeiro José Manuel de Moraes ao Presidente, dissolve a Assembléia, e convoca uma outra “a qual deverá trabalhar sobre o projeto de Constituição que Eu lhe hei de, em breve, apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que a que a extinta Assembléia acabou de fazer. Os meus Ministros de Estado de todas as diferentes Repartições o tenham assim entendido e façam executar a bem da salvação do Império”.

Em 1823, a 20 de novembro, eram embarcados a bordo da charrua “LUCÔNIA” e desterrados para a Europa, os Andradas, José Joaquim da Rocha, Francisco Mantezuma e Belchior Pinheiro de Oliveira.

Enquanto exultavam aqueles que acompanhavam D. Pedro, notadamente os reinós, o Rio silenciava, e os brasileiros emudeciam, contrariados com aquele gesto inconsequente do Defensor Perpétuo. O próprio D. Pedro entristeceu; e desse dia até à abdicação, armou-se contra ele um autêntico calvário. Tentou, numa proclamação, explicar seu gesto, mas o povo continuava em silêncio.

Nomeada uma comissão de 10 brasileiros, foi redigida uma Carta Constitucional do Império, outorgada, aclamada e jurada no dia 25 de março de 1824, sendo ela a primeira Constituição que teve o Brasil, após a sua Independência.

10 — Reação de Feijó à Nova Carta

Inspirada por Feijó, a Câmara de Itu criticou a Constituição outorgada, por conceder ao Imperador poderes excessivos, em detrimento das Províncias e também, das Câmaras Municipais. Feijó se revelava um liberal por excelência, atitude que dava a entender que preferia a República ao Império.

A 2 de julho desse mesmo ano, rebenta em Pernambuco uma revolta contra o Imperador, que tentava, em vão, explicar ao povo, o desterro dos Andradas e seus partidários. Essa revolução pernambucana ficou conhecida pelo nome de: “Confederação do Equador”. Teve por pretexto reunirem-se as Províncias do Nordeste: Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, contra

uma suposta invasão de Portugal ao Brasil, conforme voz corrente. Precedeu o levante um manifesto do Presidente da Junta Governativa de Pernambuco, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que atacou o governo. Em termos violentos, assim termina: “Brasileiros! O Imperador desamparou-nos, e que nos resta agora? Unamo-nos para a salvação nossa, estabeleçamos um governo supremo, verdadeiramente constitucional, que se encarregue de nossa mútua defesa e salvação! Brasileiros! Unamo-nos e seremos invencíveis!”.

Nesse movimento surgiu a figura do frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Foi adotada a Constituição da Colômbia, e uma bandeira passou a tremular, tendo na parte central um escudo, onde se liam as palavras: Independência, União, Liberdade, Religião.

Ao ter notícia do levante, logo o governo encaminhou para lá Lord Cochrane, à frente de 1.200 homens que ficaram sob o comando de Francisco de Lima e Silva, promovido à patente de General.

Em breve era o movimento sufocado, presos os principais chefes, julgados e condenados 16 ao fuzilamento. O maior erudito de então, frei Caneca, foi um deles, recebendo a morte com grande heroísmo. Por mais que fosse pedido ao Imperador seu perdão, nada foi obtido. Na hora do sacrifício disse ele aos seus algozes:

— Meus amigos, peço que não me deixem padecer por muito tempo”.

E a 13 de janeiro de 1825 era passado pelas armas, causando esse fato enorme comoção à alma nacional. São dele esses versos, entre outros, cantados no fundo do cárcere:

“Entre Marília e a Pátria,
Coloquei meu coração,
A Pátria roubou-mo todo,
Marília que chore em vão!”

Vê-se assim que o país fermentava em revoltas, no início da sua Independência. Não fosse o punho firme do Imperador, — apesar dos seus excessos —, e a visão política de alguns patriotas, se teria fragmentado o território em republiquetas, como ocorreu com os domínios espanhóis na América.

Até 1826 não se tinha revelado amplamente o gênio político de Feijó, apesar dele acompanhar, com grande interesse, a energia com que seus contemporâneos agiam no cenário pós-independência.

Em São Paulo, os liberais como ele, se insurgiam contra o autoritarismo do Imperador e causou um impacto enorme o sacrifício do jornalista, nascido na Itália, Líbero Badaró, assassinado a 21 de novembro de 1830, por defender no “Observador Constitucional”, as idéias liberais. O povo, notadamente os estudantes, consagraram seu

nome, simbolizando-o vítima dos esbirros do Ouvidor Japiacú, um "absolutista". No final da sua agonia, murmurou ele: "morre um liberal, mas não morre a Liberdade!"

Feijó, que era deputado desde 1826, quando voltou ao Rio para, na vaga de Fernandes Pinheiro, — que passou a ser Senador, — participar da Assembléia, exigiu a saída de Japiacú de São Paulo, tendo este seguido para o Rio sob escolta. Já era irreconciliável, a essa altura, a luta entre liberais e o governo. D. Pedro, na tentativa de acalmar os ânimos, foi à Minas tendo sido recebido com extrema frieza, enquanto os sinos dobravam em finados pela alma do então mártir da Liberdade: Líbero Badaró.

Essa atitude e manifestações do povo, sempre contrárias ao absolutismo, levaram o Imperador à abdicação, a 7 de abril de 1831, em favor do seu filho o infante D. Pedro de Alcântara, então com 5 anos.

Foram instantes de dolorosa expectativa por que passou o país, que, dir-se-ia ter perdido o rumo. Terminava assim o Primeiro Reinado.

11 — A Questão do Celibato dos Padres

Começou Feijó sua atuação como deputado, agitando uma questão de natureza clerical, que atraiu a atenção do país inteiro: a abolição do celibato para os padres. Seu arrazoado, sob o título: **Demonstração**, em que defendia a necessidade do casamento do sacerdote, data de 9 de julho de 1828. O deputado pela Bahia, Ferreira França havia apresentado um projeto, propondo que os padres fossem casados e que se abolissem as ordens religiosas de frades e freiras. Era evidente a pregação das idéias da Revolução Francesa. Feijó deu inteiro apoio à proposta do deputado, no seu "voto em separado", apresentado na sessão de 10 de outubro de 1827. Era estranho que um padre sustentasse semelhante tese, contra até determinações do Vaticano. Mas ele, com profundeza de raciocínio, apoiado em fatos históricos, indicando pontos do Evangelho e frases de epístolas de São Paulo, sustentou seu ponto de vista de que "o matrimônio é um contrato legítimo entre homem e mulher, que Deus tem estabelecido para a multiplicação do gênero humano. Sendo um contrato natural de instituição divina, seria absurdo no estado social negar ao poder temporal a autoridade de estabelecer condições e regular a forma de uma convenção, que mais que nenhuma outra influe na felicidade dos indivíduos, na tranqüilidade das famílias, na boa ordem, conservação e progresso da sociedade". (Ribas — "Diogo Antônio Feijó, 2.º v., p. 86).

Ficou assim o padre Feijó, por longo período, atraído por esse temerário, que grande debate provocou, e apesar da sua argumentação e fundamentos, não conseguiu o triunfo.

12 — Feijó, Ministro da Justiça

Com a abdicação do Imperador, no mesmo dia 7 de abril, pela manhã, se reuniram, no Paço do Senado, 26 senadores e 36 deputados com a finalidade de conterem os ânimos exaltados do povo para que tudo não caísse na desordem e incontrolável anarquia. Imediatamente se procedeu a uma eleição para ser formada uma Regência Provisória, tudo já em nome do Imperador menor. Essa Regência ficou constituída pelo Marquês de Caravelas, senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva. A seguir, através de uma Proclamação, acalmaram-se os espíritos e até danças e festas ocorreram nas ruas.

Essa Regência prestou imenso serviço ao país, e logo se impôs nas Províncias, por seu espírito liberal.

O caminho da paz no entanto só foi conseguido a 17 de junho, quando, com grande desprendimento, foram escolhidos os membros da Regência Permanente, agora composta do general Francisco de Lima e Silva e dos deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.

No entanto, a anarquia andava latente, sobretudo nas Províncias do Norte. No Rio, vozes destacadas bradavam por nova Constituição e começavam a surgir facções que se digladiavam e punham em sobressalto a ordem pública. Os membros da Regência, por todos os meios, procuravam acalmar os ânimos. Jamais viveu o país instantes tão dramáticos. O governo se sentia desalentado por não encontrar rumo, e procurava gente nova que resolvesse o impasse.

Como por uma determinação do destino, um homem providencial surgiu, qua freiou a ameaça dos exaltados e salvou o Império para o infante D. Pedro: o padre Diogo Antônio Feijó.

A 5 de julho de 1831 assumiu ele seu ministério, no preciso momento em que parecia se ter instalado o caos.

Na madrugada do dia 12, insubordina-se o 26.º batalhão de Infantaria, aquartelado no Mosteiro de São Bento. O Ministro, como um raio, cerca o Mosteiro com 600 guardas municipais e sufoca o levante. Na noite de 13 para 14 era o Batalhão da Polícia que produzia na cidade grande algazarra. Segue-se uma representação contra funcionários que se opunham ao regime constitucional e que exigia a suspensão, por 10 anos, da imigração portuguesa. Os reclamos brotavam de todos os lados, e o Ministro, ou sumariamente repelia-os ou providenciava no que lhe parecia justo. Temerosa atmosfera política se armava à ponto da Família Imperial se recolher, por precaução, na Câmara e no Senado. Imediatamente suspendeu Feijó as **Cartas de Seguro**, espécie de **habeas-corpus**, e, para os agitadores, impediu que as Câmaras aprovassem um pedido de **anistia geral**. A Guarda Nacional foi logo

criada para que servisse de "sentinela" da Constituição jurada. O novo Ministro sabia tomar medidas rápidas, enérgicas e precisas. Apesar disso, afloravam os tumultos, nos teatros ou nas ruas. Três tipos de partido surgiram e se combatiam sem piedade: os radicais, os restauradores e os moderados.

Em abril de 1832 uma perigosa insurreição irrompe, chefiada por Miguel Frias que, apesar de preso desde setembro do ano anterior na Ilha das Cobras, conseguiu fugir e, com outros militares, toma os fortes de Santa Cruz e Villegaignon e se encaminha pela praia de Botafogo para destituir o governo. Imediatamente designa Feijó ao jovem Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que recebendo ordens severas do Ministro, para que usasse de todo rigor, esmaga o levante.

Os Andradas continuavam a se opor a Feijó, sendo agora irreconciliável a inimizade. Queriam eles a **restauração**, isto é, a volta do Imperador ao trono, cousa que os radicais ou abrilistas se opunham denodadamente. Não trepidou Feijó propor às Câmaras a destituição do Patriarca do cargo de **tutor** dos príncipes, sob pena dele abandonar o Ministério. A Câmara dos deputados acolheu o seu pedido; mas o Senado, por um voto, conservou o Patriarca na tutoria. Imediatamente demite-se Feijó, com grande consternação dos patriotas. Recolhe-se a Itu e se põe em silêncio, enquanto a Regência se via sem poder. Dizia-se então que os Juizes de Paz detinham mais poder que ela.

Só no ano seguinte, 11 de julho de 1833, em diante, passa a atuar no Senado, enfrentando a todo instante as terríveis diatribes atiradas contra ele, notadamente por Martim Francisco. A tudo rebatia, sobranceiro e arrasador, fazendo ambos paralisar os trabalhos, com suas farpas ferinas que deixavam em suspenso os que os ouviam.

13 — Regência de Feijó

Foi aprovada a reforma da Constituição por um Ato Adicional, que contentasse as reclamações incontroláveis, partidas de todos os setores políticos. Essa aprovação ocorreu a 12 de agosto de 1834. Poucos dias depois, deixava de existir o Partido dos Restauradores, com a morte, em Portugal, do Imperador. Extinguindo-se assim um dos Partidos, foi aventada a idéia da eleição de uma Regência única. Procedida esta, triunfou o nome de Feijó. O novo Regente governaria por 4 anos, e assumiu o poder a 12 de outubro de 1835.

Tinha planos os mais arrojados: desde os de natureza econômica como a construção de estradas de ferro que unissem cada vez mais as diversas partes do Império. Estimularia a imigração e organizaria o sistema bancário. A Capital seria urbanizada e todo o Império seria tratado uniformemente, para se constituir num conjunto harmônico,

apesar do quase insolúvel problema das distâncias. Era seu sonho a criação de um país forte, para evitar o esfacelamento, como ocorrera com a América Espanhola. Suas medidas esbarravam sempre em súbitas sublevações, no extremo Norte ou no extremo Sul. Os Cabanos, no Pará e os Farroupilhas no Rio Grande do Sul, consumiram quase que as energias do Regente. Mas, havia, contendo os espíritos para que não ocorresse a desagregação do país, a pessoa do jovem Príncipe, que se constituía, naqueles instantes turbulentos, no ponto de convergência das aspirações nacionais. O grande Evaristo da Veiga, que na Câmara dos Deputados defendia Feijó e o apoiava em todos os instantes, nas páginas do seu jornal "A Aurora Fluminense", muito contribuía para haver uma unidade de pensamento naquele início de Império e de Independência. Muito lutaram e sofreram esses ilustres brasileiros, para conservarem o país uno e indissolúvel, a quem devemos hoje a integridade do território e a grandeza presente.

Erguem-se contra o Regente problemas incontroláveis, como a pobreza do erário.

Acresce ainda a quantidade enorme de moeda falsa que circulava, cunhada em cobre ou prata, que perturbava e desgostava o comércio. Um empréstimo feito pelo Imperador, em 1829, à Casa Rotschild, em Londres, do valor de 400.000 libras esterlinas, por 280.000, pesava extraordinariamente sobre o tesouro da Regência. De todo canto brotavam problemas e só um governo forte e corajoso suportaria tantos impactos.

O Parlamento não cooperava nem podia ser dissolvido porque se tinha precavido dessa medida, desde a Constituição, para se livrar do que fizera o Imperador. Antigos partidários da restauração e alguns liberais, chefiados por Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vascelos formaram um grupo de oposição, apelidado de **regressistas**, que combatiam os **liberais**, do partido de Feijó. Esses blocos foram a semente dos futuros Partidos: Conservador e Liberal, que atuaram ao longo do Segundo Reinado.

Para complicar mais a situação, surgiu uma divergência com o Papado, a propósito da investidura de D. Antônio Maria de Moura, bispo do Rio de Janeiro, que havia sido eleito pela Assembléia e não aprovado pela Santa Sé. O Regente mandou uma nota severa à Chancelaria do Vaticano e isso causou pasmo entre os católicos, sendo Feijó padre! Ainda era vivo seu defensor Evaristo da Veiga, que, juntamente com Limpo de Abreu, justificaram sua atitude. A situação era insustentável, uma vez que todas as medidas que pensava tomar eram sistematicamente negadas pelas Câmaras, sem que ele pudesse dissolvê-las. Dispos-se então largar tudo. Num último ato de força nomeou seu sucessor Pedro de Araújo Lima, e a 19 de setembro de 1837 lhe passa o poder, explicando a ele, em carta, e à Nação em um

manifesto, as razões de sua atitude. Dizem que resumiu tudo numa frase: “não sirvo para rei constitucional”. Que outros fossem mais felizes. Silencioso, desanimado, no mesmo dia partiu para São Paulo e de lá recolheu-se a Itu, onde pretendia passar o resto dos seus dias. Tendo suportado sobre os ombros grande parte das tormentas que se ergueram desde antes do 7 de abril de 1831, aos poucos viu crescerem os anseios do país para que terminasse logo o período da Menoridade do Príncipe D. Pedro. Araujo Lima, calmo, moderado nas suas atitudes, foi contendo os ânimos, ainda que, no Rio Grande do Sul continuasse o levante Farroupilha que durou dez anos, afinal contido pela sabedoria, punho forte e magnanimidade do general Luiz Alves de Lima e Silva, o mais valoroso soldado do Império que aos poucos, pelo seu imenso serviço prestado à Pátria, foi barão, conde, marquês e afinal, Duque de Caxias. Dizia ele que não considerava vitória nenhuma o derramamento de sangue de irmãos.

14 — Feijó e a revolução em São Paulo

Não pararam as sublevações, tendo ocorrido uma na Bahia — a Sabinada —, e outra no Maranhão: a Balaiada. A todas pacificou Caxias, o verdadeiro consolador do Império.

No dia 23 de julho de 1840, por proposta de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, as duas Câmaras declararam a **maioridade** de D. Pedro, que tinha apenas 14 anos, 7 meses e 21 dias, quando, pela Constituição, deveria ser aclamado aos 18 anos. Foi uma exigência do povo, que invadiu o Senado, a gritar:

“Queremos Pedro II,
Embora não tenha idade,
A Nação dispensa a lei,
Viva a Maioridade”.

A frente seguia feroso o Andrada, sob aclamação popular e a bradar congesto:

“Quem for brasileiro, siga-me para o Senado”.

E o Presidente da Casa, o marquês de Paranaguá no meio de ensurdecadora aclamação, proclamou:

“Eu, como órgão da representação nacional, em assembléa geral, declaro desde já maior a S. M. I. o Senhor D. Pedro II, no pleno exercício de seus direitos constitucionais”.

O juramento foi prestado no mesmo dia, 23 de julho, às 3,30 horas da tarde, e terminava assim o período da Regência, tendo início o Segundo Império. (V. Cabral, H. do Br., 19.^a ed. p. 316).

Só no ano seguinte, a 18 de julho, é que ocorreram as cerimônias da coroação.



Agora era a vez de São Paulo sublevar-se. A 23 de novembro de 1841 a Assembléia Geral promulgou uma lei criando novo Conselho de Estado; a 3 de dezembro reformou o Código Criminal do Processo e mais tarde, já em 1842 foi dissolvida a Câmara dos Deputados, tudo isso à revelia das Províncias. Parecia que os Ministros haviam cercado o jovem Imperador, que apenas assinava esses decretos. Era preciso libertá-lo. São Paulo levantou-se e a 17 de maio de 1842, reunidos os sublevados em Sorocaba, aclamaram Presidente da Província o coronel de milícias Rafael Tobias de Aguiar (esposo da Marquesa de Santos). Imediatamente o presidente legítimo, José da Costa Carvalho, baiano, barão de Monte Alegre, pediu reforços à Corte.

Tobias Aguiar, que havia por duas vezes exercido o governo da Província, era muito estimado. Em exaltadas proclamações cuidou de falar aos brios dos Paulistas, que estavam sendo colocados à margem dos destinos do país e cuidavam apenas de obedecer a uma turma de Ministros que exerciam o poder e tudo faziam para humilhar os brios dos bandeirantes, como se isso fosse a vontade do Imperador.

Feijó, paralítico, em cadeira de rodas e arrimado a muletas, nem por isso ficou quieto em Campinas. Em três dias de viagem até Sorocaba, incorporou-se aos revoltosos, e através das colunas de "O Paulista" dava à revolução todo o seu concurso moral e intelectual. Dizia que "estaria em campo com sua espingarda, se não estivesse moribundo". Falando diretamente aos conterrâneos os conclamava: "Paulista! Somos livres e juramos um governo constitucional; é só por ele que seremos governados e nunca pelo arbítrio desses ministros, que com o nome do Imperador, querem esmagar-nos".

Mais uma vez o barão de Caxias, à frente de um forte contingente, deu combate aos sublevados, na Venda Grande, perto de Campinas, depois de conclamá-los à rendição, sem luta. Feijó e Tobias Aguiar se prontificaram depor as armas, mediante condições, que prontamente foram recusadas. Caxias estava ali para manter a ordem na Província. Digna de nota é a correspondência trocada entre Feijó e Caxias, naqueles duros instantes. Assim se dirigiu Feijó ao Barão:

"Ilmo. e Exmo. Snr. Barão de Caxias.

Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves de Lima e Silva seria obrigado a combater o Padre Feijó!

Tais são as cousas deste mundo! . . . Em verdade o vilipêndio, que tem o Governo feito aos paulistas, e às Leis anti-constitu-

cionais da nossa Assembléa me obrigam a parecer sedicioso. Eu estaria em campo com minha espingarda se não estivesse moribundo; mas faço o que posso”.

E acrescenta:

“Que haja anistia geral sobre todos os acontecimentos que tiveram lugar, e sem exceção; embora seja eu só o excetuado, e se descarregue sobre mim todo o castigo”.

Assumia ele assim toda a responsabilidade da revolta, sem no entanto ser o chefe.

Caxias imediatamente respondeu, ele, que tanto admirava Feijó:

“Ilmo. e Exmo. Sr. Diogo Antônio Feijó:

Respondo a V. Excia. pelas mesmas palavras da sua carta hoje recebida. Direi: — Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó? Tais as cousas deste mundo! As ordens que recebi de S. M. o Imperador são em tudo semelhantes às que me deu o ministro da Justiça em nome da regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse; e da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora. Não é com as armas na mão, Exmo. Sr., que se dirigem súplicas ao monarca, e nem com elas empunhadas admitirei a menor das condições que V. Excia. me propõe na referida carta...”

Os revoltosos foram vencidos e muitos fugiram, inclusive Tobias Aguiar, que pensou se unir, no Sul, aos Farrapos, tendo no entanto sido preso em Santa Catarina.

De uma janela em casa do alferes João Nepomucena de Sousa Freire, via Feijó a debandada, triste, todo enteiriçado na sua cadeira de rodas. Só ele não partia, altivo, bravo, sem no entanto ter condições de mover-se. Ao ver a debandada, ergueu o busto e agitou irado, as muletas: “Correi, cambada de sem-vergonhas; correi, que eu aqui fico para vos defender”.

Diz Viriato Correia no seu “Mata Galego”, que Caxias entrou em Sorocaba e pressurosamente se dirigiu à casa onde estava hospedado Feijó. O grande soldado, como quê, recuou espantado e compungido. Não podia crer que ali estava, sumido, cabelos brancos e olhar fundo, aquele a quem servira na Regência. Feijó, quase prostrado numa cadeira de braços, recebeu em silêncio o grande soldado. Caxias aproximou-se com respeito e disse: “Só o dever de soldado me impõe o doloroso dever de vir prender o senhor senador Feijó, um dos chefes do

movimento revoltoso. Convido-o a acompanhar-me". Ao que Feijó respondeu: "Estou às suas ordens".

Feijó, ao ser oferecido por Caxias, que estava vivamente emocionado, se prontificar auxiliá-lo, advertindo-o de que no quartel nada tinha de utilidade e conforto, disse Feijó: "Eu só preciso de uma esteira e de um travesseiro". Foi transportado por 4 soldados, sentado na cadeira, até o estado-maior de Caxias. (V. Cabr., obr. cit.).

De São Paulo foi levado a Santos e de lá, no vapor "Amélia", seguiu para o Rio. Dizem que, no balanço do navio, queixava-se o Senador Vergueiro, da triste sorte que os esperava. Gemia a todo instante, desesperado, quando Feijó, interrompendo os seus lamentos, cortou em cheio: — Se eu fosse governo enforcava todos nós!

No Rio foi impedido de desembarcar, sendo deportado para o Espírito Santo. Em Vitória passou meses, de sofrimento e extrema agonia. Permitiram que regressasse ao Rio, onde, mesmo assim, foi conduzido ao Senado, e, com firmeza, expôs seu papel na revolução, debatendo ainda com vigor, especialmente com o presidente, o Visconde de Monte Alegre.

Todos temiam Feijó e sabiam que não dobrava nem recuava nunca.

15 — Morte de Feijó

Ante o Senado expôs Feijó a sua ruína, muito mais eloquente que as suas palavras cheias de arrojo, firmeza e raciocínio. Não podendo mais falar ofereceu por escrito as suas razões. Afirmou não ter sido o chefe da revolução, mas a ela aderiu em prol da Pátria e de nada se arrependia. Monte Alegre, o mesmo a quem ele combateu, presidia a sessão, e por lei, estaria impedido.

Não era possível o Senado condená-lo.

Na noite de 10 de novembro de 1843, às 9,20, isto é, sete meses depois de ter se explicado perante o Senado, na rua da Freira n.º 11, esquina do Largo de São Francisco em São Paulo, expirava o padre Diogo Antônio Feijó. Querem uns que tenha sido no mesmo quarto onde nascera, na rua hoje que tem seu nome. Descansava das lutas terríveis que tivera de enfrentar, para consolidar a Independência do país que nascia. Se José Bonifácio foi o Patriarca, agitou muito o país, com a sua idéia de querer a volta do primeiro Imperador, cousa que muito perturbou as Regências, notadamente a de Feijó. Caxias foi o consolidador insuperável do Império. Foram homens providenciais que apareceram no cenário político da nação, no momento exato em que ela mais precisava.

Descreve Viriato Correa:

“No dia do enterro de Feijó (14 de novembro) o céu amanehecera turvo e a natureza silenciosa. Não tremia uma folha, não palpitava uma asa, não gorjeava um pássaro. Calmaria prenunciadora de tempestade futura. Na casa da rua da Freira, onde o corpo embalsamado fora exposto ao público, apinhava-se a multidão. São Paulo inteiro: coletividades religiosas, associações operárias, políticos, o povo de toda a cidade. Ao fechar-se a noite compusera-se o préstito. De um lado e de outro, em alas, formaram as irmandades, as corporações de classe, os amigos, todos, todos de tochas acesas. Tinha-se a impressão de que a noite estava abafada em cobertores. Não se podia respirar. Escaldava-se. E, ao acender-se a primeira tocha, zumbiram besouros em derredor. E as tochas foram-se acendendo e besouros e mais besouros foram surgindo. E, quando a rua se iluminou com as duas longas filas de tochas, eram tantos e tantos besouros que mais parecia uma praga. Como que caíam do céu. Como que se formavam no ar. Como que brotavam do chão. Havia-os de todos os tamanhos, de todos os feitios, de todas as cores e de todos os zumbidos. E em bandos, em nuvens, em aluviões, tontos, esvoejando no rumo das luzes, a bater, ofuscados, pelo rosto, e pelo peito das criaturas. Nunca se tinha visto um inferno daqueles. O remédio era apagar as luzes e fazer voltar a escuridão. Quando o corpo de Feijó saiu à rua, não havia mais uma tocha acesa. E foi nas trevas que caminhou para a sepultura a mais fulgurante energia do Brasil de todos os tempos”. (Viriato Correia, obr. cit.).

Estranha homenagem que a Natureza prestou ao verdadeiro consolidador da Independência.